
NOGUEIRA, VERA LÚCIA. A ESCOLA PRIMÁRIA NOTURNA EM MINAS GERAIS (1891-1924).
BELO HORIZONTE: Mazza Edições, 2012.

MARIANA SILVA SANTOS
Universidade Federal de Uberlândia (UFU),
Uberlândia, Minas Gerais, Brasil

A obra de Vera Lúcia Nogueira, publicada em 2012, resulta de sua tese de doutorado, e evoca uma temática relevante e, até então, que conta ainda com pouco destaque no campo da História da Educação, apesar de perceber-se em franca emergência: a educação de jovens e adultos. O texto traz contribuições da História Cultural e fornece uma nova perspectiva sobre as políticas educacionais direcionadas para a escola noturna e a educação de adultos, tanto as políticas registradas por meio das legislações, quanto os silenciamentos da prática de escolarização noturna. Procedeu-se, a partir deste momento, a uma apresentação da obra por meio desta resenha descritiva.

O livro divide-se em quatro capítulos, e cada um deles propõe-se a descrever e apresentar argumentos acerca da construção identitária do estudante noturno, adulto e trabalhador, nos anos iniciais da República, em Minas Gerais. A partir dos referenciais teóricos de Roger Chartier, Luciano Mendes de Faria Filho¹, Norberto Bobbio, Michel Foucault e Eni Puccinelli Orlandi, a autora desenvolve suas questões de pesquisa. Como referencial metodológico, opta por recuar cronologicamente para além de onde já se mostrava determinada a periodização da pesquisa acerca da educação de adultos, recortando para seu problema as três décadas iniciais da República. Valendo-se da análise do discurso, utiliza como fontes documentos oficiais que tangenciam a temática da escola noturna e de seus sujeitos, sobretudo legislações e documentos coletados no Arquivo Público Mineiro, como correspondências recebidas e expedidas pela Secretaria do Interior. Utiliza-se também da Hemeroteca Histórica, a fim de conferir como o assunto era tratado nos jornais da época.

O seu objeto, grosso modo, é a escola primária noturna. Dele, dependem-se os questionamentos e a construção da pesquisa. Nogueira confere bastante importância às legislações da época, e demonstra tino historiográfico ao afirmar que “a determinação legal de formulação de uma política não implica numa construção direta” (NOGUEIRA, 2012, p. 18). Não basta que se tenha a legislação como registro da política, é necessário que se investigue como e se essa lei foi adotada, incorporada ao cotidiano escolar em questão.

No primeiro capítulo, “As Escolas Noturnas nas Reformas do Ensino Primário (1891-1924)”, Nogueira discute como as reformas republicanas do ensino primário contemplavam as escolas noturnas. Segundo a autora, com a primeira reforma republicana, em 1892, o ensino público primário ocupa um lugar de destaque. O cenário em questão era de um conjunto de reformadores que desejavam trazer a ordem republicana e superar a monarquia. O momento era de renovação, de reformas que teriam seu foco no ensino, sob o pensamento que, ao construir uma nova educação, também se produziria um novo homem (p. 25). Algumas questões emergem junto à utopia da renovação, como as condições mesológicas do Estado de Minas Gerais, um Estado com grande extensão territorial e população concentrada em áreas específicas, tendo a população rural dispersa. Isso dificultava que se cumprisse a “missão civilizatória” (p. 27) nas regiões mais dispersas, com menos contingente populacional. Opta-se por investir nas escolas dos principais centros urbanos, e por focar na educação da criança. Como visto, a criança era o objeto central do ensino, ficando as escolas noturnas para trabalhadores deixadas em segundo plano. Em lugar de desenvolver as escolas noturnas, opta-se por fechar parte delas, por não serem, segundo alguns reformadores, necessárias.

A segunda reforma republicana, em 1899, também não apresentava soluções para o ensino primário noturno, que viria a ser contemplado apenas na terceira reforma republicana, em 1906, que controlou a extinção crescente das escolas noturnas rurais e permitiu a criação de novas escolas noturnas, sob algumas condições similares às da criação das escolas em sede. No entanto, mesmo com esse destaque, ainda é pouca a atenção para o ensino noturno. Ele se desenvolve na última década da pesquisa em questão, quando são criados programas próprios para tais escolas e, em 1917, cria-se o primeiro grupo escolar noturno de Minas Gerais, o Grupo Escolar Assis das Chagas (p. 49). A reforma de 1920 estabelece a obrigatoriedade escolar aos maiores de quatorze e menores de quarenta anos de idade. No caso dos adultos trabalhadores analfabetos, os empregadores eram obrigados a lhes assegurar o ensino, sob

pena de prisão caso não o fizessem. No entanto, sabe-se que esta era a penalidade prevista em lei, e eram adotadas estratégias a fim de evitar as prisões.

Algumas iniciativas de escolarização noturna, detalhadas no segundo capítulo, “As Iniciativas de Escolarização Noturna dos Trabalhadores Mineiros”, foram detectadas em prol dos trabalhadores mineiros. Estas provinham de proprietários de fábricas têxteis e das associações de operários de Minas Gerais. Segundo a autora, “a preocupação com a abertura de escolas no interior das vilas ou nas dependências das fábricas encontra-se na gênese das próprias fábricas mineiras” (p. 70), que tem início na década de 1830. O I Congresso Operário Mineiro, realizado em 1907, também conferiu importância à educação noturna. O jornal *Confederal* serviu de fonte para que Nogueira compreendesse algumas iniciativas do movimento operário mineiro. A educação viria como coadjuvante da luta operária. Era necessário que o operário fosse transformado em cidadão e fosse capaz de atuar politicamente. A solução para essa questão era criar escolas noturnas, contando com o auxílio do governo. Criou-se, em 1905, a Confederação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, que tinha como intenção resolver questões entre operários e chefes. A Confederação esteve à frente da criação do grupo escolar noturno, que se intentava para o ano de 1912, e somente se concretizou em 1917.

No terceiro capítulo, “Os Programas do Ensino Primário e a Construção da Identidade da Escola Noturna”, a autora volta seu olhar para analisar os programas de ensino das escolas noturnas mineiras, a fim de perceber como se produziram as representações dos sujeitos dessas escolas. Desenvolve-se uma discussão sobre os programas das escolas primárias rurais, distritais e urbanas, e ressalta-se que não fora encontrada discussão alguma sobre os programas das escolas noturnas. Como não se encontraram evidências, Nogueira supõe que as escolas primárias noturnas seguiam aproximadamente o mesmo programa das outras. O primeiro programa encontrado para as escolas noturnas data de 1911. Definia o que seria ensinado e também o método a se utilizar, o simultâneo. O programa em questão, da escola noturna, não ensinaria os mesmos conteúdos que as outras escolas, excluindo “as atividades manuais, os exercícios físicos, o desenho e a música” (p. 117).

Algumas dificuldades foram sentidas pelos professores das escolas noturnas, descritas no texto de Nogueira. Elas denotam o embate entre uma série de orientações criadas para se educar crianças e adaptadas para a educação de adultos. Em 1912, uma revisão dos programas é realizada e, no que tange ao ensino primário noturno, o que se detectou foi uma redução

do outro programa. Em 1916, nova redação, nova redução. Nesta, as escolas noturnas deveriam seguir o programa das escolas singulares, retirando tudo o que não fosse aplicável ao ensino noturno. Finalmente, em 1918, Delfim Ribeiro cria um novo programa para as escolas noturnas mineiras, e para o grupo escolar noturno, mais cuidadoso e completo.

No quarto capítulo, “Os Sujeitos Escolares no Cotidiano das Escolas Primárias Noturnas e a Construção da Identidade de Aluno”, Nogueira expõe sua preocupação com os sujeitos que habitavam e compunham o cotidiano das escolas, nesse caso, alunos, professores e diretores. Segundo ela, é imprescindível, em se tratando de um trabalho de política educacional, conhecer os sujeitos a quem essas políticas se destinavam (p. 148). Chama a atenção para a questão da obrigatoriedade escolar, que implica em definir uma faixa etária a submeter-se a essa obrigatoriedade. Havia essa determinação etária, mas ela não era cumprida. Proibia-se, por exemplo, que alunos em idade escolar fossem matriculados em cursos noturnos, e que alunos que excedessem a idade permitida permanecessem em cursos regulares. No entanto, Nogueira assegura que havia coexistência intergeracional nas escolas noturnas, até aproximadamente 1930. Uma hipótese para a coexistência intergeracional é que, possivelmente, havia crianças que trabalhavam na fábrica e, por isso, só podiam dedicar-se aos estudos pela noite – ainda que não fosse permitida a matrícula de crianças no ensino primário noturno, esse fato ocorria.

A partir dessa informação da coexistência intergeracional, questiona-se quem seria esse aluno da escola noturna. Havia nessas escolas crianças, jovens e adultos, em sua maioria trabalhadores, tanto homens quanto mulheres, oriundos de camadas populares. Ser trabalhador, afirma a autora, era a característica que unia esse público de alunos do ensino noturno. Os alunos trabalhadores também eram pretexto para que algumas normas, como a matrícula proibida de crianças no ensino noturno, fossem descumpridas. As professoras eram, em sua maioria, mulheres, com quatro ou mais filhos, situação que, potencialmente, causaria recorrentes licenças do trabalho.

A infrequência era um problema recorrente na educação noturna. O que não é surpreendente, visto que o público de tal ensino dividia-se entre os tempos do ensino e do trabalho. Como os professores só podiam ministrar cadeiras se houvesse um número específico de alunos, muitos deles falseavam os registros de frequência a fim de que o emprego não fosse extinto. Estes dois problemas assolavam o ensino noturno, a infrequência e a convivência intergeracional.

Por fim, ressalta-se a importância do estudo para o campo de educação de adultos, e o esmero da construção da narrativa ao se cruzar as fontes e chamar os diversos atores da escola noturna a deporem pelas mãos da autora. Também merece destaque o grande contingente de questões possíveis a partir da discussão realizada deixadas pela autora, a fim de que o caminho de investigação inaugurado seja revisitado e as percepções aprofundadas.

NOTAS

1) Uma noção importante ao trabalho é a de escolarização, cara a esta autor. Cf. FARIA FILHO, L. M. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211

REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, L. M. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTA, M. L. A. (Org.). *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 193-211.

MARIANA SILVA SANTOS: Licenciada em História e mestre em Educação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
E-mail: mariana.santos.on@gmail.com
